

## **Prestação de Contas 2011**

### **Outras indicações e justificações à compreensão do Balanço e da Demonstração de Resultados**

#### **8.2.1 – Disposições do POCAL derrogada:**

No presente exercício económico não se verificaram disposições do POCAL derrogadas.

#### **8.2.2 – Contas não comparáveis com os exercícios anteriores:**

No exercício de 2011 não se verificaram condicionantes que impossibilitassem a comparação de contas com o exercício anterior, na ótica patrimonial e orçamental.

#### **8.2.3 – Critérios Valorimétricos utilizados e fundamentados:**

Os principais critérios Valorimétricos utilizados na preparação das Demonstrações Financeiras foram os seguintes:

- A) As Imobilizações Corpóreas estão valorizadas ao custo de aquisição. No decurso da fase de implementação do sistema, a Autarquia estabeleceu outros critérios de valorização para determinados bens.

Relativamente aos bens móveis, estabeleceu como referencia o ano 1995 para a sua valorização. Antes de 1995, os bens foram arrolados com o valor zero, até serem objecto de uma grande reparação assumindo então o valor desta. Esta política de valorimetria justificou-se pela impossibilidade de obter a informação necessária para determinar o custo de aquisição / produção.

No que diz respeito à Rede Viária (bens imóveis de domínio público), procedeu-se à sua valorização segundo um critério técnico adequado à natureza do bem, conforme anexo.

As amortizações foram calculadas sobre os custos de aquisição / avaliação pelo método das quotas constantes de acordo com o CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado.

De conformidade com o Artº.34º da Portaria nº 671/2000, IIª Série (CIBE), os bens sujeitos a depreciação em mais de um ano económico, cujos valores unitários não ultrapassem 80% do índice 100 da escala salarial das carreiras do regime geral da função pública, foram totalmente amortizados no ano económico corrente;

- B) Os Investimentos Financeiros estão valorizados de acordo com os critérios valorimétricos previstos no ponto 4 do POCAL;
- C) As Existências encontram-se registadas ao custo de aquisição;
- D) As Dívidas a receber de terceiros estão reflectidas pelo seu valor nominal;
- E) As Disponibilidades de caixa e depósitos em instituições financeiras são expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósitos, respectivamente;
- F) Relativamente aos Acréscimos e Diferimentos a Autarquia regista as suas despesas e receitas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pela qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas e pagas;
- G) As Transferências de Capital recebidas destinadas ao investimento, foram contabilizados como proveitos diferidos e transferidos para Resultados do Exercício numa base sistemática pelo correspondente valor de amortização dos investimentos a que respeitam.

#### **8.2.5 – Situações especiais que afectam o resultado do exercício:**

A Lei n.º 57-F/2006 de 29 de Dezembro que regula o novo regime jurídico do sector empresarial local, vem definir novas regras para garantir o equilíbrio das contas das empresas municipais. Assim, obriga à apresentação de resultados anuais equilibrados, devendo os municípios garantir uma transferência financeira que venha a repor o resultado de exploração, no caso do resultado de exploração anual operacional acrescido dos encargos financeiros se apresentar negativo.

Mediante este pressuposto, e após análise do balancete de centro de custos para o 2º Semestre de 2011, a Iserbatalha E.E.M. chegou à conclusão que o mesmo evidenciava uma exploração deficitária, em algumas actividades cujas competências foram delegadas pela Autarquia, cujo resultado negativo (global) era de 289.107,98 €. Assim, utilizando as prerrogativas previstas no Artº 31º da Lei n.º 53-F/2006 de 29 de Janeiro a Iserbatalha E.E.M. solicitou ao Município a cobertura dos Resultados Negativos de Exploração do 2º Semestre de 2011 no montante acima

mentionado, tendo sido aprovada uma subvenção financeira no reportado valor, por deliberação nº 2012/0129/DAG (SOC).

### **8.2.6 – Explicações das “Despesas de Instalação” e das “Despesas de Investimento”**

Como é de verificar nas Demonstrações Financeiras a Autarquia não efectuou registos nas Contas 431 – Despesas de Instalação e na conta 432 – Despesas de Investimento.

### **Explicações dos movimentos nas contas:**

- ✓ **Outras aplicações financeiras** - Não se efectuaram movimentos na conta em questão;
- ✓ **Títulos Negociáveis** – O valor que consta nesta conta mais propriamente na conta (18 - Outras aplicações de tesouraria), referem-se aos títulos de CaixaGEST enunciados no mapa 8.3.5.2 – *Activos de rendimento variável incluído no documento da Prestação de Contas*;
- ✓ **Fundo Patrimonial** – Movimentos ocorridos em cada uma das rubricas de Capitais Próprios, constantes do Balanço:

Contas	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
51 - Património	50.899.719,16	162.093,98		51.061.813,14
55 - Ajustamentos de partes de capital em empresas	-37.088,82			-37.088,82
56 - Reservas de Reavaliação				
57 - Reservas				
571 - Reservas Legais				
572 - Reservas Estatutárias				
573 - Reservas Contratuais				
574 - Reservas Livres				
575 - Subsídios				
576 - Doações	115.000,00			115.000,00
577 - Reservas decorrentes de transferências de activos				
59 - Resultados Transitados	-4.985.520,61		1.338.030,06	-6.323.550,67
88 - Resultado Líquido do Exercício	-1.338.030,06		1.435.808,14	-2.773.838,20
Total	44.654.079,67	162.093,98	2.773.838,20	42.042.335,45

**8.2.27 - Desdobramento das contas de provisões acumuladas, explicitando os movimentos ocorridos, no quadro seguinte:**

Conta	Cliente Designação	Divida Docº Data	Valor	Antig.Saldos		Provisões Exercício	S.I.	Provisões		Final
				> 6 m	> 12 m			Aumentos	Reduções	
291	Clientes cobrança duvidosa (>6m)			x		8.959,59	0,00	8.959,59	0,00	8.959,59
291	Clientes cobrança duvidosa (>12m)				x	3.807,58	26.958,23	3.807,58	363,77	30.402,04
TOTAL			0,00			12.767,17	26.958,23	12.767,17	363,77	39.361,63

Os valores identificados no quadro acima referenciado, dizem respeito a dívidas em mora de clientes de cobrança duvidosa, cujos processos se encontram em execução fiscal, resultante de dívidas de ramais domiciliários de esgotos, publicidade, etc..

Mediante relatório circunstanciado reportado pelo consultor jurídico (anexo à Prestação de Contas), Drº Mário Diogo, conclui-se pela incapacidade de determinar valores para constituição de provisões para riscos e encargos que venham a resultar do contingente em curso, nos tribunais. Todos os processos arrolados estão em julgamento nos tribunais a aguardar pronúncia de sentenças.

Nos processos identificados, aquele que, sob o ponto de vista material pode ter maior impacto nas demonstrações financeiras, é o Procº de Execução de Acórdão n.º 1438/03- C, a correr termos na 1ª Secção, 1ª Subsecção do STA , cujos exequentes são: António Augusto Santos Pereira Grosso e esposa Maria Madalena Meneses Coelho Pereira; Orlando Ferreira Rodrigues e esposa Maria do Céu Santos Pereira Grosso Rodrigues e Maria Manuela Cordeiro de Mendonça Santos Pereira Grosso Cunha.

Neste processo, foi apresentada uma Contestação, concluindo o jurista que podem decorrer importantes contingências para o MUNICÍPIO da BATALHA, sem que, todavia, nos seja possível quantificar o montante em causa (o mesmo dependente aliás da circunstância de ser admitida a causa legítima de inexecução).

**O PRESIDENTE DA CÂMARA**

*António José Martins de Sousa Lucas*